



ESCOLA E AS SEXUALIDADES: COMO OS/AS PROFESSORES/AS COMPREENDEM AS VÁRIAS IDENTIDADES SEXUAIS E DE GÊNERO

William Dias Silva; Joseval dos Reis Miranda

*Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, willmarnev@hotmail.com; Universidade Federal da Paraíba -
UFPB, josevalmiranda@yahoo.com.br*

Resumo: A escola precisa ser um ambiente onde alunos e alunas se sintam incluídos/as e acolhidos/as a despeito de suas características físicas, posicionamentos políticos, religioso e claro das identidades sexuais e de gênero. Só assim, teremos uma escola de fato inclusiva. O que nos faz pensar na seguinte pergunta, será que os/as profissionais da educação estão se preparando para tornar a escola um ambiente acolhedor e inclusivo para os/as alunos/as LGBTs? Nesse sentido, objetivamos conhecer o nível de compreensão que os/as professores/as tem sobre as sexualidades, em especial as temáticas relacionadas ao público LGBT, bem como, o que eles entendem por inclusão dos/as alunos/as LGBTs. Para discutir sexualidades, homossexualidade e inclusão escolar, buscamos apoio em autores/as como Dinis (2008), Green (2000), Junqueira (2009), Louro (2000, 2013), Miskolci (2012), Trevisan (1986). Fizemos uso de uma abordagem de pesquisa descritivo-analítico priorizando a abordagem qualitativa, com uso de questionários com perguntas abertas e de múltipla escolha direcionadas para os/as professores/as. Participaram da pesquisa professores/as que se disponibilizaram em responder os questionários de uma escola da cidade de Campina Grande-PB. Os resultados apontam que os/as docentes que responderam ao questionário apresentaram conhecimento limitado sobre as questões que envolvem as sexualidades, gênero e também sobre o público LGBT. Também percebemos certa resistência dos/as professores/as em discutir os assuntos relacionados aos LGBTs e por ratificamos a necessidade da formação continuada para os/as professores/as sobre as questões que permeiam as sexualidades no espaço escolar.

Palavras-chave: Educação e sexualidades. Identidades sexuais e de gênero. Políticas públicas LGBT.

1 Introdução

É inegável que nos últimos anos o debate sobre a temática LGBT tem se ampliado cada vez mais, tanto na academia como nos meios de comunicação de massa, muito devido às reivindicações dos grupos organizados e suas conquistas na esfera jurídica, a exemplo do reconhecimento do casamento igualitário para os casais homoafetivos. Mais também, por que na contra mão dessas conquistas tem-se o fato de que o Brasil ainda é um país onde as únicas relações amorosas e sexuais aceitas como “normais” são aquelas em que estão envolvidas duas pessoas, sendo, um homem e uma mulher. Qualquer outro modelo de relacionamento ainda é visto como um misto de pecado, perversão sexual e doença. Entendendo a escola como uma representação desse contexto sócio/cultural e histórico maior, surgem os seguintes questionamentos: Qual nível de conhecimento dos/as professores/as quando se trata da sexualidade humana?

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br

www.generoesexualidade.com.br

Nesse sentido, este artigo tem por objetivo discutir e problematizar a compreensão dos/as professores/as de uma escola Estadual da cidade de Campina Grande – PB, a respeito das políticas públicas educacionais LGBT voltadas para o aprimoramento dos/as profissionais da educação na área da sexualidade. Qual o nível de entendimento desses/as profissionais sobre os assuntos que envolvem sexualidade e funcionamento do processo de inclusão dos/as alunos/as LGBTs.

O interesse por estudarmos essa temática surgiu durante o período em que um dos autores do artigo prestou serviço ao Estado da Paraíba como vice-gestor em uma escola estadual de Campina Grande-PB, localizada em um bairro popular da cidade, tendo como público, na sua maioria, alunos/as com baixo poder aquisitivo. Em meio às reuniões de planejamento do ano letivo 2015, dedicamos um dia inteiro para discutirmos gênero e sexualidade na escola. A princípio, houve um debate sobre a temática, em um segundo momento, passamos a pensar juntos, um modo de tornar a escola mais inclusiva no que diz respeito a essas questões.

No andamento das discussões percebemos a dificuldade que os/as professores/as daquela instituição tinham em abordar as temáticas de gênero e sexualidade e, ainda mais, quando partia para as questões LGBT. O desafio residia em fazê-los/as pensar o exercício da sexualidade humana como algo amplo, que fugisse ao modelo heterossexual, monogâmico e reprodutivo. Estes também acreditavam que o fato de aceitarem os/as alunos/as homossexuais dentro da escola era suficiente para que se achassem incluídos/as. Na verdade, o que eles/as faziam, ainda que sem querer, era invisibilizar a sexualidade desses/as alunos/as, talvez para não ter que discutir o assunto. Em virtude dessa experiência, é que veio a ideia de fazer essa pesquisa junto os/as professores/as de uma escola Estadual da cidade de Campina Grande.

A relevância da pesquisa se assenta no fato de que as análises feitas serão importantes para demonstrar como os/as profissionais da educação estão preparados/as para atuar nas querelas que envolvem sexualidade dentro do espaço educacional e como a escola tem se preparado para atender os/as alunos/as LGBTs. Ao problematizar o papel da escola na manutenção da heterossexualidade e contribuição da homofobia, com prejuízos que poderão acompanhar o/a aluno/a em toda a sua trajetória escolar e social, estamos demonstrando a necessidade de uma escola de fato inclusiva, na qual todos os/as alunos/as tenham suas identidades sexuais contempladas. As mudanças que se fazem necessárias devem ser tão sutis quanto o preconceito velado. Começando pelo campo da linguagem, porque perguntar a um menino se já tem namorada, quando podemos

perguntar se ele está namorando, abrindo o leque das possibilidades de relações sexuais e/ou afetivas.

Desse modo, a partir da análise dos dados demonstramos a compreensão dos/as professores/as da necessidade das políticas públicas voltadas para a população LGBT naquela escola e o entendimento sobre sexualidade. Essas informações obtidas a partir da análise servirão para que a escola possa identificar qual o seu envolvimento com o assunto e ainda pensar se ela é ou não uma escola onde ainda prevalece à heterossexualidade como modelo padrão e as demais como dissidentes. Ou seja, como se todas as outras maneira de exercer a sexualidade não fosse normal e estivesse orbitando em torno da heterossexualidade.

2 De pecadores a doentes: tecendo reflexões

De acordo com o pensamento de Trevisan (1986, p.101-103) a desnaturalização da prática sexual entre pessoas do mesmo sexo, mais que um pecado, punido com a pena de morte pelo tribunal do santo ofício, foi por muito tempo considerado um crime, tipificado no código penal. Os operadores da justiça acreditavam que aplicando penas severas poderiam aplacar por meio do medo o desejo sexual dos que ousavam burlar a lógica da sexualidade padrão, dessa maneira manteriam o controle social, evitando que outros pudessem se envolver nas mesmas práticas.

Só nas primeiras décadas do século XIX é que a relação sexual entre pessoas do mesmo sexo biológico deixaria de ser considerado crime. Nessa época teve início um processo de higienização encabeçado pelo Estado, que buscava melhorar as condições sanitárias do Brasil. Com um discurso apoiado na ciência, o Estado passou a interferir no interior das casas ditando normas que iam desde os cuidados com a saúde até as questões que envolviam comportamento. Incluindo aí o comportamento sexual. Nesse sentido Trevisan (1986) menciona:

Foi através dos especialistas em higiene que o Estado imiscuiu-se no interior das famílias. Com livre-trânsito nesse espaço outrora impenetrável à ciência, o médico-higienista acabou impondo sua autoridade em vários níveis. Além do corpo, também as emoções e a sexualidade dos cidadãos passaram a sofrer interferências desse especialista cujos padrões higiênicos visavam melhorar as raças e, assim, engrandecer a pátria (TREVISAN, 1986, p.105-106).

Em meio a esse panorama, os médicos e psiquiatras se apoderaram das discussões a respeito da homossexualidade, que a partir de então deixava ser considerada crime para passar a ser encarada como uma doença trocou-se

então a punição pela internação e tratamento. Foram os psiquiatras que pela primeira vez utilizaram o termo homossexual para designar pessoas que se relacionam sexual e/ou afetivamente com pessoa do mesmo sexo biológico. Com medidas como a internação compulsória, se buscava conter o que eles consideravam ser um crescimento alarmante do número de homossexuais, com seus trejeitos maneirosos e seu comportamento desviante, gerando uma perturbação nos conceitos normativos dos gêneros feminino e masculino.

Desse modo, a naturalização da heterossexualidade e a padronização dela na sociedade estão permeadas por um discurso que entende a sexualidade como consequência do sexo biológico. Nessa lógica, o desejo sexual seria uma decorrência do órgão sexual com o qual a pessoa nasce, ou seja, se se nasce macho, o desejo sexual dever ser direcionada para as fêmeas e vice-versa. Acontece que o biológico não é capaz de determinar a que gênero uma pessoa vai pertencer e nem tampouco como será exercida a sua sexualidade. Não existem garantias de que uma criança que nasça macho ou fêmea se auto identificará como um homem ou uma mulher respectivamente, quando chegarem à fase adulta ou ainda que o seu desejo sexual seja voltado para pessoas de sexo biológico diferente do seu. Isso acontece por que a sexualidade é construída em meio às interferências histórica, social e cultural.

[...] podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente “natural” nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é – ou não - natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas (LOURO, 2000, p.3).

Assim, compreender como a heterossexualidade foi sendo construída como a única sexualidade natural e aceita no decorrer do processo de formação da nossa sociedade, é fundamental para a desconstrução da lógica: sexo biológico e sexualidade. Abrindo assim, a possibilidade para que as outras identidades sexuais sejam contempladas como parte da sexualidade humana e não uma dissidência da heterossexualidade.

3 Políticas públicas para a população LGBT

Antes de adentrarmos na discussão sobre políticas públicas educacionais para a comunidade LGBT, precisamos entender o que é política pública e o processo que define dentro de uma determinada sociedade aquilo que será resolvido mediante a utilização de políticas públicas. Apesar de termos diferentes conceitos para políticas públicas,

de forma resumida podemos dizer que as políticas públicas,

[...] como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e /ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA, 2003, p. 13).

Nesse sentido, as políticas públicas são ações que devem interferir em uma determinada realidade modificando-a para atender aos anseios de um grupo que se sinta prejudicado com a ausência de determinado direito subjetivo ou ainda no campo da materialidade.

Sobre o processo de transformação de uma determinada situação ou “Estado de Coisas” em problemas políticos, podemos dizer que as situações existem independentes das políticas públicas, ou seja:

Uma situação pode existir durante muito tempo, incomodando grupos de pessoas e gerando insatisfações sem, entretanto, chegar a mobilizar as autoridades governamentais. Neste caso, trata-se de um "estado de coisas" - algo que incomoda, prejudica, gera insatisfação para muitos indivíduos, mas não chega a constituir um item da agenda governamental, ou seja, não se encontra entre as prioridades dos tomadores de decisão. Quando este estado de coisas passa a preocupar as autoridades e se torna uma prioridade na agenda governamental, então tornou-se um "problema político" (RUA, 2012, p.6).

Diante disso, uma situação só passa a fazer parte das preocupações governamentais a partir do momento em que ela acaba se tornando problema político, e ela só se torna um problema político quando os grupos organizados passam a reivindicar junto à esfera governamental a solução de determinada situação.

Assim, apenas a partir do avanço da organização política dos LGBT e sua inserção enquanto grupo de pressão nas estruturas sociais que suas demandas e a necessidade de políticas públicas, têm passado de “Estado de coisas” para um problema político (SOUZA, 2015, p.3).

Podemos dizer que as questões que envolvem os direitos das pessoas homossexuais só passaram a fazer parte da preocupação dos governos a partir das reivindicações dos grupos sociais organizados. Dessa forma, fica fácil entender que as políticas públicas educacionais LGBT, só começaram a fazer parte das reivindicações dos movimentos LGBT em razão de perceberem que a escola tem se configurado desde a sua criação num espaço de manutenção de valores sociais majoritários, a exemplo da naturalização da heterossexualidade e conseqüentemente da abjeção das outras formas de exercício da sexualidade humana.

Não poderíamos deixar de mencionar que nos programas e planos elaborados pelos membros do movimento LGBT organizados e

Governo Federal estão inseridas propostas de ações de esclarecimento da homossexualidade e de combate à homofobia, o que só foi possível mediante a detecção das dificuldades enfrentadas pelos/as alunos/as homossexuais no ambiente escolar e os prejuízos na sua formação em virtude de não se verem contemplados nos espaços educacionais.

Dentre as políticas públicas LGBT direcionadas para a escola, talvez a mais importante seja os cursos de capacitação para os/as professores/as na temática de gênero e sexualidade. Entendemos que os/as professores/as são importantes fomentadores de novas ideias. De nada adianta desenvolver materiais didáticos que tratem da temática LGBT, se esses/as profissionais não estiverem aptos para trabalharem com o assunto.

Ainda sobre o processo de transformação das demandas dos grupos organizados em política pública, é necessário salientar que a decisão do Conselho Federal de Medicina de retirar a homossexualidade da condição de desvio e transtorno sexual no ano de 1985, representou um avanço importante no processo de luta dos grupos organizados pelos direitos humanos para a pessoal homossexual. Mais que isso, podemos considerar essa decisão como um divisor de águas. Já que até então essa parcela da sociedade ficava impedida de reivindicar direitos, tendo em vista que eram considerados portadores de patologias psíquicas, eles não eram vistos como detentores do direito de reivindicar direitos. Afastado o diagnóstico de doença, o desejo sexual e/ou afetivo por pessoas do mesmo sexo passou a ser encarado apenas como mais uma faceta da sexualidade humana, dessa forma tem fim o heterocentrismo, pelo menos para Conselho Federa de Medicina- CFM.

Somente em 2004 foi lançado O Brasil Sem Homofobia¹ - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de promoção da cidadania homossexual. Esse foi um importante passo na caminhada dos grupos homossexuais que lutam por direitos e pelo fim da discriminação. O programa prevê a implantação de ações afirmativas que visam avançar no combate a discriminação e a homofobia, propiciando as pessoas homossexuais o respeito a sua dignidade humana.

Além desse programa, outras iniciativas foram tomadas nos anos seguintes no Brasil para garantia dos direitos do seguimento LGBT, sendo eles:

¹ O Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) e de Promoção da Cidadania de Homossexuais “Brasil sem Homofobia”, é uma das bases fundamentais para ampliação e fortalecimento do exercício da cidadania no Brasil. Um verdadeiro marco histórico na luta pelo direito à dignidade e pelo respeito à diferença. É o reflexo da consolidação de avanços políticos, sociais e legais tão duramente conquistados. O Governo Federal, ao tomar a iniciativa de elaborar o Programa, reconhece a trajetória de milhares de brasileiros e brasileiras que desde os anos 80 vêm se dedicando à luta pela garantia dos direitos humanos de homossexuais. Um dos objetivos centrais deste programa é a educação e a mudança de comportamento dos gestores públicos. Maiores informações, acessar http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf (85) 3322.3222

A realização da I conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o tema Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2008; Lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNDCDH-LGBT, 2009; Criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, 2010 e a Implantação do Conselho Nacional LGBT, em 2010, Com representação paritária do governo federal e da sociedade civil.

Em 2011 o Superior Tribunal Federal – STF reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo. Em 2013 o Conselho Nacional de Justiça – CNJ decidiu que os cartórios brasileiros fossem obrigados a celebrar o casamento homoafetivo. Apesar de ser um avanço, ainda não conseguiram que o projeto que regulamenta o casamento de homossexuais passasse pela Câmara dos Deputados. Mesmo assim, podemos considerar essa uma página importante na trajetória dos ativistas gays brasileiros, até por que, atrelados ao reconhecimento da união civil homossexual vieram uma gama de direitos que sempre foram negados a todos os que não se enquadram na lógica do sexo biológico como determinante da sexualidade e do comportamento de gênero, a exemplo do direito a adoção, pensão, segurança social, propriedade conjunta entre outros. É importante destacar que os avanços e as conquistas homossexuais ficaram limitados ao campo jurídico, já que em áreas como educação, segurança e assistência social são bastante limitadas,

Para além dessas políticas universalistas, as ações voltadas diretamente para a população LGBT, quando existem, possuem alcance pontual, dispõem de poucos recursos, não são parte de um programa estruturado em nível nacional e quase sempre estão na dependência da boa vontade de algumas (os) poucas (os) gestoras (es) dispostas a enfrentar a homofobia institucional prevalecente (MELLO, 2012, p.419).

O mesmo acontece quando partimos para implementação das propostas pensadas nos encontros e programas citados acima. Tanta fragilidade é resultado da falta de reconhecimento por parte dos governos dos marcadores sociais como identidade de gênero, raça e orientação sexual, terminando por insistir nas políticas públicas universalistas, (MELLO, 2012). Assim, a pouca importância que é dada as demandas da população LGBT tem sido um dos maiores obstáculos para o avanço no processo de equidade desejado pelos grupos organizados que lutam por direitos sexuais.

4 A escola enquanto espaço de reflexões sobre as questões da sexualidade

Desde a mais tenra infância somos compelidos a adequar nossos comportamentos e prática sexual ao padrão esperado pela sociedade da qual fazemos parte. Esse trabalho de condução do sujeito social para uma sexualidade considerada normal e natural começa desde o nascimento, como explica Guacira Lopes Louro “A afirmação “é um menino” ou “é uma menina” inaugura um processo de masculinização ou de feminilização com o qual o sujeito se compromete. Para se qualificar como um sujeito legítimo, como um corpo que importa” (LOURO, 2013, p.16). Esse processo continua no decorrer da vida em meio às instituições, sendo a escola a que mais eficazmente exerce esse controle dos corpos e de seus usos.

De todas as instituições talvez seja a escola a que mais dedicadamente cumpriu e cumpre com esse papel. “Historicamente nenhum outro espaço institucional foi tão claramente usado como uma tecnologia de normalização quanto à escola” (MISKOLCI, 2012, p. 52). Entre os valores reproduzidos no ambiente escolar, está a legitimação da hierarquia sexual com a naturalização da heterossexualidade em detrimento de todas as outras formas de exercício da sexualidade humana.

A reprodução desses valores nem sempre é realizada deliberadamente, na maioria das vezes ou quase sempre ela acontece de forma espontânea, dentro do processo de educação ou mesmo de sociabilização no espaço educacional. É na escola onde as diferenças se acentuam pelo número de sujeitos ali interagindo ou apenas sendo afetados. É nesse ambiente que as crianças,

[...] entrariam em contato pela primeira vez com a sociedade e suas demandas. Isso porque, muito frequentemente, na família é claro que você está inserido na sociedade, mas você tem um certo cordão de proteção com relação a muitas demandas exteriores ao círculo do parentesco. Na escola, tal cordão desaparece, e é aí que descobrimos que somos acima do peso, ou magros demais, feios, baixos, gagos, negros, afeminados. Em suma, é no ambiente escolar que os ideais coletivos sobre como deveríamos ser começam a aparecer como demandas e até mesmo como imposições, muitas vezes de forma violenta (GOFFMAN *apud* MISKOLCI, 2012, p. 37 a 38).

O processo de normatização e normalização ou como trata Miskolci na citação acima, as “demandas sociais” são realizadas muitas vezes de forma sutil, o que os autores denominam de currículo oculto “[...] um processo não dito, não explicitado, não colocado nos textos, mas que estava na própria estrutura dos aprendizados, nas relações interpessoais, até na própria estrutura arquitetônica, que continua a ser normalizadora”. (MISKOLCI, 2012, p. 38) Toda essa subjetivação acaba fazendo com que o

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br

www.generoesexualidade.com.br

enquadramento a heterossexualidade passe despercebido pela maioria.

Nos primeiros anos a cobrança fica muito mais no campo do comportamento de gênero, o que Miskolci denomina de heteronormatividade que é definida por ele como: “ordem sexual do presente, na qual todo mundo é criado para ser heterossexual, ou - mesmo que não venha a se relacionar com pessoas do sexo oposto - para que adote o modelo da heterossexualidade em sua vida” (MISKOLCI, 2012, p.1). Ainda segundo Miskolci (2012), esse processo de coação social a que todos estão sujeitos para se adequar ao modelo de masculinidade esperado e aceito acaba por se estender também para os homossexuais, sobre isso diz ele:

Gays e lésbicas normalizados que aderem a um padrão heterossexual, também podem ser agentes da heteronormatividade. ... Nesse sentido, quer sejam heterossexuais ou homossexuais, todos podem ser normalizados e preconceituosos com o Outro, aqueles homossexuais também normalizados ajudam na estigmatização e na percepção negativa daqueles que não cabem na heteronormatividade (MISKOLCI, 2012, p.15).

Já no Ensino Médio além da cobrança com o comportamento de gênero “adequado ao sexo biológico”, surge à preocupação com o interesse sexual, é nesse período da vida que há o despertar para a sexualidade. É um momento de experimentação e afirmação da heterossexualidade. Se na fase infantil a sexualidade podia ficar envolta numa atmosfera de inocência, nesse momento ela começa a ser vista e incentivada, principalmente para os adolescentes machos, que devem dar prova da sua heterossexualidade o quanto antes, para afastar a possibilidade de uma possível homossexualidade.

Compreendendo a escola como um importante espaço de sociabilidade, no qual as diferenças se acentuam, onde aqueles que não se enquadram nos modelos de masculinidade e feminilidade estabelecidos socialmente são o tempo todo reprimidos, ainda que de forma indireta, constatamos que é preciso pensar uma educação que atente para a sexualidade como um campo amplo de apropriação e para a satisfação e o prazer. Começando pela desconstrução da normalização e naturalização da heterossexualidade, abrindo o diálogo com todas possibilidades de vivenciar a sexualidade humana, oportunizando as pessoas liberdade para sua escolha sexual e de gênero sem que para isso tenham que sofrer repressões tão comuns ainda hoje no ambiente escolar.

5 Metodologia

A pesquisa foi realizada como já mencionamos em uma escola Estadual da cidade de Campina Grande - Paraíba. Essa Instituição

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br

www.generoesexualidade.com.br

contava no ano de dois mil e dezesseis com um total de 1.900 alunos/as divididos entre o turno integral e o turno da noite. O turno integral conta com quinze turmas do 1º ano; dez do 2º ano e oito do 3º ano. Enquanto que as noites são três turmas de cada ano. A instituição tem no seu quadro 64 profissionais da educação, três gestores, sendo duas mulheres e um homem e vinte e seis funcionários/as. Localizada no bairro Prata, área nobre da cidade. A instituição conta com uma estrutura invejável, o prédio imponente chama atenção de quem passa. A escola recebe alunos/as de quase todos os bairros de Campina Grande e também de cidades vizinhas.

A pesquisa teve como base o enfoque descritivo-analítico priorizando a abordagem qualitativa, pelo fato da mesma responder melhor aos objetivos. Partimos da análise de conteúdo, no intuito de desvelar o que está por trás dos discursos, possibilitando uma melhor interpretação dos dados obtidos nas entrevistas realizadas. Minayo (1992, p.74) afirma que: “Através da análise de conteúdo podemos encontrar respostas para as questões formuladas e também confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação”.

Fizemos uso da coleta de dados por meio de questionário com questões de múltipla escolha e abertas, oferecendo aos/as participantes uma maior ampliação das suas respostas, possibilitando um aprofundamento na análise de conteúdo. Para efeito de nossa pesquisa, utilizamos à chamada amostragem aleatória, um processo no qual são escolhidos aleatoriamente sujeitos de uma determinada população para compor o grupo que será investigado. Dessa maneira, numa realidade atual de 64 profissionais que lecionam naquela instituição, conseguimos aplicar nosso questionário com apenas 16, perfazendo uma porcentagem de 27% desse total. Essa amostra não foi pré-determinada, ela é resultado da resistência dos/as professores/as em responder o questionário.

6 Resultados e discussões

A promoção da inclusão na escola é tema recorrente nos documentos que tratam de educação e nos encontros dos profissionais da área, no entanto, parte considerável dos/as gestores/as e educadores/as parece considerar que nesse processo devem ser levados em consideração apenas os/as alunos/as com algum tipo de deficiência física e psíquica, como os cadeirantes, surdos mudos, síndrome de down, e outras tantas deficiências.

É necessário enfatizar que não são apenas estes que não se acham incluídos nas escolas como elas se apresentam hoje. Outros/as

alunos/as que não trazem consigo nenhuma deficiência, nem física e nem psíquica, também não se sentem representados na maioria das instituições de ensino do nosso país. Mais que isso, os/as estudantes homossexuais sofrem diariamente com o preconceito declarado de alunos/as e até de professores/as, ou ainda na sua forma velada que por ser sutil e corriqueira acaba passando despercebido. Nesse sentido,

[...] a escola configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceito, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muito/as dos/as quais vivem, de maneiras distintas, situações delicadas e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, autculpabilização, auto aversão. E isso se faz com a participação ou a omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado (JUNQUEIRA, 2009, p.15).

Perguntados se saberiam fazer a diferença entre gênero e sexualidade, 11 responderam sim e 5 responderam não. Foi pedido que os/as que responderam sim fizesse a diferença. Veja algumas das respostas:

P1. É o gênero que a pessoa se identifica

P2. Identidade – Você se identifica com aquela coisa

Sexualidade – você escolhe

P9. Biologicamente nasce feminino ou masculino podendo se tornar homossexual

P10. Identidade de gênero se é macho ou fêmea e sexualidade é o que você vai optar.

A dificuldade dos/as professores/as em fazer a diferença entre gênero e sexualidade fica evidente nas respostas acima. Essa aparente contradição pode ser explicada pelo receio que os/as professores/as tem de estar desorganizando a ordem de normalidade estabelecida na qual gênero e sexualidade seriam determinados pelo biológico. Tendo em vista que

[...] é comum as escolas tratarem gênero e sexualidade como sendo sinônimos, padronizando um modo único e adequado do que é o masculino e o feminino e possibilitando, de uma única maneira apenas, a forma de viver a sexualidade. Tece-se uma complexa trama normativa que estabelece uma linha de continuidade entre sexo (macho e fêmea), o gênero (masculino e feminino) e a orientação sexual que se direciona “naturalmente” para o sexo oposto (LOURO, 2003 *apud* DINIS, 2008, p.484).

O medo de se comprometer com o desmantelamento dessa ordem estabelecida desde sempre pela educação, tem afastado muitos educadores/as dos estudos de gênero e sexualidade e conseqüentemente, os impedido de um maior comprometimento com uma educação sexual que aborde a sexualidade no seu campo subjetivo.

Ainda sobre o nível de informação dos/as professores/as sobre sexualidade, foi perguntado se estes saberiam resolver conflitos por questões sexuais no espaço

educacional. 13 responderam que sim e 3 responderam não. Também foi pedido que definissem homossexualidade. As respostas foram as seguintes:

P10. Que cada um deve viver sua sexualidade da forma que quer. Eu particularmente sou contra, pois tenho uma postura biologizante.

P1. Que a pessoa é livre para viver sua sexualidade

P7. A homossexualidade é uma questão de identidade de gênero.

P16. Como falei nas questões anteriores, ser ou não ser homossexual está inclusa na questão do livre arbítrio, em particular não simpatizo com o homossexualismo, porém não condeno os homossexuais, tem o direito de livre escolha.

Nas respostas dadas sobre o que é homossexualidade fica evidente a dificuldade que estes/as profissionais da educação tem em entender a homossexualidade como apenas mais uma forma de exercício da sexualidade humana. As respostas também nos dão subsídios para compreender como que esses/as educadores/as entendem a homossexualidade. O distanciamento percebido nas respostas nos faz concluir que para os/as professores/as citados/as a aceitação se resume em não fazerem comentários pejorativos. O que já seria o bastante para demonstrar sua aceitação, na verdade o que ocorre é o não envolvimento pela falta de informação e o medo de ser confundido/a, como homossexual. Para Louro (2008):

O processo de ocultamento de determinados sujeitos pode ser flagrantemente ilustrado pelo silenciamento da escola em relação aos/às homossexuais. No entanto, a pretensa invisibilidade dos/as homossexuais no espaço institucional pode se constituir, contraditoriamente, numa das mais terríveis evidências da implicação da escola no processo de construção das diferenças. De certa forma, o silenciamento parece ter por fim “eliminar” esses sujeitos, ou, pelo menos, evitar que os alunos e as alunas “normais” os/as conheçam e possam desejar-los/as. A negação e a ausência aparecem, nesse caso, como uma espécie da garantia da “norma” (LOURO *apud* Dinis, 2008, p.483).

Por isso não é suficiente dizer que não tem nada contra. A omissão nesse caso é também uma forma bastante usada para contribuir com a homofobia no ambiente escolar. Não é fugindo do problema que conseguimos resolve-lo, entendendo aqui como problema a cultura de exclusão dos homossexuais no ambiente escolar. É preciso desvelar as dúvidas e os preconceitos contribuindo para uma escola não guetista, não segregacionista e mais coletiva.

Situação que pode ser modificada a partir da implantação de políticas públicas de esclarecimento e combate à homofobia. Nesse entendimento foi perguntado aos/as docentes se consideravam necessário à atuação de políticas públicas para a inclusão dos/as alunos/as LGBTs na escola; Exemplos de cursos de aperfeiçoamento para professores/as e adaptação dos livros didáticos as diferentes identidades sexuais. 11 professores/as responderam sim, enquanto 5 responderam não, dos/as 11 que marcaram sim, nenhum justificou sua escolha, Vejamos algumas das justificativas dos/as que responderam não:

- P16. Acredito que o respeito recíproco é o elemento fundamental para todos, LGBT ou não, pois tratar LGBT diferenciadamente não considero necessário.*
- P3. Cada pai é responsável pela educação dos seus filhos, eles quem sabe a melhor maneira de passar o assunto.*
- P4. Não especificamente aos casos de alunos LGBT. Inclusão de modo geral, não abordagem específica.*

Apesar de a maioria considerar necessárias as políticas públicas para a população LGBT nas escolas, não há projetos sendo desenvolvidos pela escola que trabalhe com a temática LGBT. Dos/as professores/as que responderam o questionário nenhum participa de programas de formação continuada e nem pesquisas na área.

Podemos depreender desses depoimentos que os/as professores/as entendem as reivindicações de inclusão dos/as alunos/as homossexuais no ambiente escolar como a busca por privilégios e não como uma tentativa de equiparação no tratamento recebido pelos/as alunos/as heterossexuais e ainda atribui à família a responsabilidade da educação sexual dos adolescentes. Na verdade, pensamos que a implementação dos debates em sala poderia colaborar com o desenvolvimento humano dos/as alunos/as, pois,

[...] Ao apontar a construção histórico-cultural das identidades sexuais e de gênero, o/a professor/a pode auxiliar a/o educanda/o a descobrir os limites e possibilidades impostas a cada indivíduo quando se submete aos estereótipos que são atribuídos a uma identidade sexual e de gênero (DINIS, 2008, p.484).

Agindo diferente disso, o/a professor/a deixam de desempenhar um importante papel na construção de uma sociedade mais livre das obrigações de esta de acordo com os modelos cobrados, oportunizando um espaço onde as diferenças seriam encaradas como normal, fugindo do padrão, da normalização da heterossexualidade em detrimento de todas as outras formas de relacionamento sexual e/ou afetivo.

7 Considerações finais

Nos últimos anos são muitas e inegáveis as conquistas alcançadas pelos LGBTs, a exemplo da união civil entre pessoas do mesmo sexo. Mesmo com reconhecimento na esfera jurídica, os homens e mulheres que não se enquadram no modelo heterossexual continuam sofrendo com a discriminação e o preconceito.

A situação jocosa por que passa essa parcela da população todos os dias, seja no trabalho, na família, na igreja e, claro, na escola acaba afastando-os/as dos ambientes de sociabilidade, sendo os/as que transgridem os limites dos ajustes que se convencionou fazer entre sexo biológico e o comportamento de

gênero, a exemplo dos homens afeminados e mulheres masculinizadas, os alvos mais frequentes desses episódios que, não raras vezes, deixa a sutileza da discriminação velada para o campo da agressão verbal e até mesmo a física, razão pela qual muito preferem continuar vivendo na clandestinidade.

A escola como um dos principais aparelhos ideológicos, tem se mostrado um espaço normalizador e excludente, exclusão que na maioria das vezes se apresenta de forma indireta, no chamado currículo oculto. É, portanto, em meio a esse currículo oculto que se estabelece a discriminação e preconceito sexual na educação. Daí a importância da implementação de políticas públicas educacionais que atinjam principalmente os/as professores/as, já que são esses os grandes fomentadores sociais. Como cursos de aperfeiçoamento e capacitação na área da sexualidade.

Apesar das respostas dadas pela maioria dos/as professores/as que responderam ao questionário estarem todas direcionadas para uma possível transformação na mentalidade dos educadores em relação à implementação das discussões sobre sexualidade na escola, na prática, constatamos que não existe nenhum/a professor/a que tenha frequentado ou esteja frequentando cursos de formação continuada, especialização ou mestrado voltado para a área da sexualidade. Razão pela qual os/as professores/as tenham tido tanta dificuldade em fazer a diferença entre conceitos básicos, como identidade sexual e de gênero, Também foi possível encontrar nas suas falas vestígios da hierarquização da heterossexualidade, já que percebem os/as homossexualidade e todas as outras variações da sexualidade humana como dissidente da heterossexualidade. Por essa razão, os/as professores/as preferem não tocar no assunto por não saberem como conduzir o debate e também pelo medo de terem sua própria sexualidade posta à prova. Se omitir é a saída encontrada por gestores/as e professores/as para não contrariar o modelo estabelecido.

A implementação de políticas públicas de aprimoramento do conhecimento dos/as professores/as no campo da sexualidade, será possível que a escola contribuía para uma geração mais consciente do seu papel na sociedade como seres humanos, críticos e realizados sexualmente, sem preconceitos, medos e dúvidas, encarando a sexualidade como forma de obter e oferecer prazer.

Assim sendo, cada vez mais se amplia o papel do professor/as frente às novas demandas sociais, por isso mesmo, o/a educador/a precisa está atento aos novos modelos de interação sexual e comportamento de gênero. Já que na ausência do desempenho da família, o/a

professor/a deve ser esse canal de conhecimento.

Referências

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, Relações de Gênero e Diversidade Sexual. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 103, maio/ago. 2008 <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n103/09.pdf>

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo educado**: Pedagogia da sexualidade. Belo Horizonte: 2ª edição, Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MELLO, Luiz. Políticas Públicas Para a População LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Caderno Pagu** (39), julho-dezembro, 2012, <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n39/14.pdf>

MINAYO, Cecília de Souza. **O Desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo – Rio de Janeiro. HUCITEE – ABRASCO, 1992.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. 2ª ed. Florianópolis: Departamento de ciências da Administração/ UFSC, 2012

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. Salvador: **Caderno CRH**, jul/dez. 2003, <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2789/1/RCRH-2006-273%5B1%5D%20ADM.pdf>

TREVISAN, João Silveira. **Devassos no paraíso**: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. São Paulo, SP. Max Limonad- LTDA, 1986.